



Expresso 12-11-2011	Periodicidade: Semanal	Temática: Justiça
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 2240
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 131300	Página (s): 1/16/17

Paula Teixeira da Cruz ao Expresso

“Portugueses têm razões para duvidar da Justiça”

- ➔ Penas vão poder ser negociadas para evitar julgamento ➔ Prescrições de crimes terão regras apertadas e recursos para TC deixam de suspender prisão ➔ Megaprocessos mais expeditos e limite no número de testemunhas P16

Ali é tudo grande: o tamanho do gabinete na Praça do Comércio, a vista para o Tejo e a vontade da ministra em ler as notas que trouxe para o sofá das visitas e nunca larga durante esta entrevista de duas horas. A advogada Paula Teixeira da Cruz, que conseguiu a paz com os magistrados e comprou uma guerra com os advogados, está decidida a mudar a Justiça. Sim, outra vez.

■ Mais de três quartos dos portugueses consideram que as decisões dos tribunais são influenciadas pela política. O que é que a ministra da Justiça pode fazer para mudar esta imagem?
 ■ Os portugueses têm razões para duvidar da Justiça. Temos uma organização judiciária do tempo de D. Maria e regras do tempo de Alberto dos Reis. Estamos a fazer reformas.

■ Ouviu o presidente do sindicato dos juizes dizer que o poder político desconfia dos magistrados.
 ■ E ouvi o mesmo presidente dizer que o ambiente é diferente daquele que existiu nos últimos seis anos. Não há reformas contra ninguém.

■ É advogada, mas tem melhor relação com juizes e procuradores do que com os advogados.
 ■ Eu não diria com os advogados. O atual bastonário (Marinho Pinto), aquando da minha indigitação, teve uma reação entusiástica. Até que fomos mexer num sistema, o apoio judiciário, que toda a gente sabia que funcionava sem qualquer fiscalização e prestava-se a disfunções. Eu não tenho uma lógica corporativa e tenho a obrigação de corrigir disfunções. E não foi só com os advogados. Também houve problemas graves com agentes de execução.

■ A diferença é que há agentes acusados em tribunal. E que se saiba não há nenhum advogado arguido.
 ■ Que se saiba, como diz.
 ■ Quer dizer que apresentou queixa contra algum?
 ■ Não. Estamos a finalizar o relatório e nessa altura serão tomadas as medidas consequentes.

■ O relatório sobre indícios de fraudes nos pagamentos do apoio judiciário é assustador?
 ■ Tem números preocupantes. Assim que detetámos as disfunções, chamei cá o bastonário, falámos e no dia seguinte o site da Ordem estava a negro e exigia que o Ministério assumisse uma dívida que nunca tínhamos ouvido reclamar ao anterior governo. E era uma dívida grande, de €32 milhões.

■ A dívida é real?
 ■ Não. O Estado deve mais de €32 milhões, mas nunca deixou de pagar. E cresce todos os dias. Porque o sistema funciona assim: o advogado lança os pedidos, a Ordem envia para o Ministério, que paga. E ninguém supervisiona. Em 2008 foi publicada uma portaria que previa a fiscalização, por parte dos magistrados e dos funcionários judiciais, dos atos praticados pelos advogados. Um mês depois, a portaria foi suspensa por acordo entre o bastonário e o Ministério da Justiça e todos os mecanismos de fiscalização caíram. E as remunerações por ato aumentaram. E não é por acaso que após 2008 os encargos com o apoio judiciário sobem em flecha. E para este ano a estimativa é de €61,5 milhões. Em 2005, eram €46 milhões. Em 2006, €34 milhões. Em 2008, começa a subir: €35,4 milhões. Em 2010 passa para €48,4 milhões. E em 2011 vamos em €50,3 milhões.

■ Não quer dizer que seja fraudulento.
 ■ Fizemos uma auditoria, temos relatórios preliminares que mostram um número de desconformidades muito grande entre o número de sessões e de processos fornecido pelos tribunais e os pedidos de pagamento dos advogados. O relatório foi enviado para a Ordem e estamos à espera que nos digam se discordam de alguma coisa. E mais: a Ordem recebe uma percentagem das taxas de justiça nos processos cíveis. Não há mais nenhuma que seja financiada diretamente

Paula Teixeira da Cruz Ministra da Justiça

“O sistema está feito para os crimes prescreverem”

Texto JOÃO GARCIA
 e RUI GUSTAVO
 Fotos JORGE SIMÃO



pele Estado. Em 2010 foram transferidos €1,7 milhões.

■ Vai deixar de transferir o dinheiro?
 ■ Admito rever, porque não me parece correto que o Estado financie um órgão de uma instituição que é suposto ser independente e autónoma.

■ Vai haver participações criminais contra advogados?
 ■ Gostaria muito que não houvesse. Mas gostaria mais ainda que fosse feita justiça. E que todas as situações onde encontramos indícios de prática criminal dessem origem a processos criminais. Isto vale para advogados, magistrados. Vale para todos.

■ A Ordem vai deixar de gerir o sistema de pagamentos?
 ■ O sistema como está não vai ficar. Mas seria desleal estar a falar nisso antes de falar com a própria Ordem. Mesmo que não haja reciprocidade na lealdade.

■ Como viu a nomeação do deputado Ricardo Rodrigues, acusado de atentado à liberdade de Imprensa, para a direção do Centro de Estudos Judiciários?
 ■ Vi a nomeação com grande tristeza.

■ Não a preocupa o facto de as pessoas estarem a ouvir falar, outra vez, de reforma dos códigos penais? Houve uma há dois anos.
 ■ Essa reforma foi feita à medida de um processo e é isso que eu não quero.

■ Casa Pia?
 ■ Sim. Mas nós queremos corrigir as irracionalidades do sistema. Ninguém percebe que um arguido possa confessar na presença do advogado, depois de decidir calar-se no julgamento e as declarações que fez não sirvam para nada.

■ Quer dizer que uma confissão feita numa cela da polícia passa a ser válida?
 ■ Não. Tem de ser prestada perante um advogado e um magistrado — juiz de instrução ou procurador. É assim em todo o lado. Uma confissão rodeada de todas as garantias tem de ter algum valor.

■ Basta que a confissão seja feita perante um procurador?
 ■ Quando diz basta...

■ O procurador representa a acusação. O juiz é o árbitro.
 ■ Mas é para isso que está lá o juiz de instrução que controla o processo antes do julgamento. Outra questão é o número de testemunhas que os arguidos podem apresentar. Tem de haver um limite, dependendo do tipo de processo-crime.

■ Concorde que o MP possa negociar com o arguido uma pena?
 ■ Em casos de alta criminalidade não há nada a negociar. Nalguns, de pequena criminalidade, admito que sim.

■ Vão continuar os processos com 50 arguidos e 450 testemunhas?
 ■ Vou propor várias possibilidades de conduzir esse tipo de processos. Assim como me parece que nos crimes mais complexos o procurador que faz a acusação tem de representar o MP nos julgamentos. E há ainda a questão das prescrições. Conheço poucos sistemas recomendáveis cuja prescrição corra desde a data do crime, ignorando que houve um julgamento e uma condenação.

■ Vai propor que o julgamento interrompa o prazo para o crime prescrever?
 ■ É umas das propostas. Não pode continuar este sistema que parece feito para os crimes prescreverem. Não faz sentido que o recurso para o Tribunal Constitucional possa ter efeito suspensivo. Basta olhar os números e constatar que 90% dos recursos são rejeitados.

■ Parece uma reforma feita à medida do caso Isaltino Morais.
 ■ Há muito tempo que os operadores judiciais discutem esta questão, porque as pessoas utilizam o recurso para o Constitucional como expediente.

■ As suas medidas vão todas no sentido de tirar direitos aos arguidos.
 ■ Não é verdade. O que quero é impedir que o sistema seja usado de modo a permitir a impunidade. Garantias são uma coisa, expedientes dilatórios outra. E tenho de lamentar que a magis-

EM PREPARAÇÃO

tratura não condene por litigância de má-fé quando ela existe.

Os magistrados também vão continuar a ter todos muito bom e excelentes nas avaliações?

Há um projeto do Conselho Superior de Magistratura que temos de avaliar, mas é óbvio que o sistema tem de ser mais exigente.

O seu discurso de arrumar a casa entra em contradição com a situação do diretor da PJ que está há meses sem saber o que lhe vai acontecer.

Não é contraditório. Há leis orgânicas que foram aprovadas e têm de ser aplicadas. Não fazia sentido estar a criar instabilidade nas chefias até à aprovação dessas leis.

Já no tribunal da Maia — as instalações desagradam aos operadores judiciais e foram alugadas na véspera da tomada de posse deste Governo — continua tudo na mesma.

Não continua...

Apresentou queixa-crime?

Pedi um parecer à Procuradoria, que confirmou as ilegalidades.

Mas apresentou queixa?

Eu falei de ilegalidades, não falei de crime. São outras instituições que têm de apurar se houve crime.

Falou de gestão ruínoza em vários contratos mas ainda não houve demissões...

Os contratos estão a ser renegociados pelo nosso gabinete, mas estamos à espera da aprovação da lei orgânica para poder arrumar a casa. Renegociámos contratos completamente ruínosos.

Como por exemplo?

Ter um despacho do anterior secretário de Estado da Justiça (José Magalhães) a mandar desenvolver o SITAF 2 quando o 1 nunca funcionou...

SITAF?

O sistema informático dos tribunais administrativos e fiscais. E já que me permite falar nisso, gizámos um plano de informação para a Justiça. Está fei-

CAMPUS DA JUSTIÇA

As varas criminais deixarem o Campus de Lisboa

CONFISSÕES

As declarações feitas perante um magistrado e na presença de um advogado serem válidas em julgamento

TESTEMUNHAS

Haver uma limitação ao número de testemunhas que é possível apresentar a tribunal

NEGOCIAÇÃO DE PENAS

Na pequena criminalidade ser possível negociar a punição e evitar o julgamento

PRESCRIÇÕES

O julgamento interromper a contagem de tempo para a prescrição e os recursos para o Tribunal Constitucional deixarem de ter efeito suspensivo sobre as penas

MAPA JUDICIÁRIO

Reduzir o projeto das 39 comarcas

para 18, nas capitais de distrito

ORDEM DOS ADVOGADOS

Conselho Geral poder deixar de receber uma percentagem das custas dos tribunais cíveis (€1,7 milhões em 2010)

AÇÃO EXECUTIVA

Uma só sentença chegar para impor o pagamento de uma dívida (hoje é necessário um ação declarativa e uma executiva)



“É ÓBVIO QUE O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DOS JUÍZES TEM DE SER MAIS EXIGENTE”

“OS PORTUGUESES TÊM RAZÕES PARA DUVIDAR DA JUSTIÇA. TEMOS UMA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA QUE VEM DO TEMPO DE D. MARIA”

“ESTAMOS À ESPERA DA LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA PARA PODERMOS ARRUMAR A CASA”

to. Temos uma série de programas que não funcionam entre si, não interagem.

Quanto é que custou o SITAF 2?

Não sei, mas parámos o despacho que mandava desenvolver com urgência um sistema que nunca funcionou e que os próprios juizes evitavam usar.

O contrato do Campus da Justiça de Lisboa vai ser renegociado?

Já está a ser renegociado. O Estado paga €1,4 milhões por mês.

Admite sair de lá?

Há tribunais com competência na área criminal e por questões de segurança preocupa-me muito que continuem ali, porque aqueles edifícios foram feitos para funcionar como escritórios e não para julgamentos. As varas criminais vão ter de ser recolocadas. E quando falo de negócios ruínosos também falo da venda do EPL à Estamo e o ministério ficar a pagar uma renda que esgota em dez anos o que recebeu. Como acontece em Pinheiro da Cruz. —

As pessoas que conduziram esses negócios em nome do Estado vão ser responsabilizadas?

Eu fiz o que tinha a fazer. Houve negócios com certificação dos órgãos fiscalizadores e tem de haver um limite para a responsabilização individual. Se as pessoas infringiram esses limites têm de ser responsabilizadas, se não infringiram não há como responsabilizá-las. Infelizmente.

Como se explica que um português acusado de matar outro português num país estrangeiro esteja na iminência de não ser julgado?

Eu acho que não é bem assim, mas não posso falar de casos concretos.

Não estamos a falar de um caso...

Essa situação tem um rosto. O que posso dizer é que já não há impunidades mundiais.

Portugal não extradita para o Brasil.

É o que se tem dito, mas não será bem assim. Depende. A regra é essa, mas depende.

rgustavo@expresso.imprensa.pt

“A bem da saúde pública espero que a lei do enriquecimento ilícito passe”

Antes de ser escolhida para ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz acusou o procurador-geral de não ter uma visão democrática do Ministério Público e sugeriu a sua demissão. Mas Pinto Monteiro mantém-se no cargo e, apesar de a ministra assumir as divergências, não vai haver demissão.

As suas divergências com o PGR Pinto Monteiro mantêm-se?

As divergências são claras e mantêm-se.

Ele vai cumprir a comissão de serviço até ao fim?

Essa decisão é também da competência do Presidente da República.

Por proposta do Governo.

É verdade mas nunca traria para a praça pública questões interinstitucionais

E é razoável ter uma ministra da Justiça com conações diferentes do PGR?

Com certeza que é. A ministra da Justiça e o procurador exercem funções diferentes, fazem coisas diferentes e até se dizem de maneira diferente, como diria o Oscar Wilde.

O PGR também pensa de uma forma diferente sobre a lei de enriquecimento ilícito que o Governo apresentou ao Parlamento. Disse que não valia a pena estar a apresentar uma lei

que será declarada inconstitucional pelos tribunais.

A bem da saúde pública do país espero que a lei não seja declarada inconstitucional. Percebo que seria um caso de satisfação para muitos. Dizer que esta lei é inútil é dizer que o combate à corrupção é inútil porque é difícil de provar. E tal como está feita não há uma inversão do ónus da prova.

O que pensa das críticas de Cavaco Silva ao Orçamento do Estado?

Não penso que o senhor Presidente tenha feito críticas ao Orçamento. Penso que quis dar uma contribuição, fazer alguns alertas. Não me cabe interpretar o que o Presidente diz ou pretende dizer.

Este Governo não está a revelar pouca preocupação social?

Não acho que este Governo tenha falta de preocupações sociais. Mas chegámos a um ponto tal em que as contribuições necessárias vão ser muito dolorosas, vamos tentar a todo o custo e a solução encontrada foi a menos dolorosa. Acredite que as outras hipóteses em cima da mesa eram muito mais penosas.

Não há membros do Governo com uma visão demasiado tecnocrata da vida? Pelo menos, mais do que a sua.

Não me parece que pessoas com profissões sejam tecnocratas. Fomos governados por pessoas sem vida profissional...

Não sente que há dois partidos no Governo?

Não. E num momento de emergência nacional como este nem se devia sentir, mesmo que houvesse cinco ou seis partidos.

O ministro Paulo Portas não anda demasiado desaparecido?

O ministro dos Negócios Estrangeiros está a cumprir um roteiro que tem objetivos claros e definidos.